



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

050  
M4  
M

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 195854-7

APELANTE: ESPÓLIO DE IVAMAR JOSÉ BARBOSA DA SILVA

APELADO: GOLDEN CROSS SEGURADORA S/A

RELATOR: **Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

5725  
-R-


**EMENTA:** CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÕES PRINCIPAL E CAUTELAR. EXTINÇÃO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO (ART. 267, III, CPC). ÓBITO DA PARTE E INOCORRÊNCIA DE HABILITAÇÃO DE TODOS RESPECTIVOS SUCESSORES (HERDEIROS). ART. 1.060, I, CPC. INTIMAÇÃO PARA HABILITAÇÃO. INFRUTÍFERA. APELAÇÃO DESACOMPANHADA DO INSTRUMENTO PROCURATÓRIO DOS DEMAIS SUCESSORES PARA O RECORRENTE, QUE SE INTITULA COMO ESPÓLIO DA PARTE FALECIDA. SENTENÇA MANTIDA. APELO IMPROVIDO. DECISÃO INDISCREPANTE.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em **NEGAR provimento ao Recurso de Apelação**, nos termos do voto da turma.

(Sessão realizada em 11/maio/2010)

Recife, 18 de maio de 2010.

  
**Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**  
**Presidente e Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

052  
105  
JP

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 195854-7**

**APELANTE: ESPÓLIO DE IVAMAR JOSÉ BARBOSA DA SILVA**

**APELADO: GOLDEN CROSS SEGURADORA S/A**

**RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto contra sentença (fls.76/78) que, declarou extinta, sem resolução de mérito (art. 267, III, CPC), as ações principal e cautelar, manejadas pela parte ora recorrente. Outrossim, em homenagem ao princípio da causalidade, condenou a parte suplicante no pagamento das custas processuais, já satisfeitas, e nos honorários advocatícios do patrono da parte ré, ora recorrida, em 10% sobre o valor da causa.

O espólio de Ivamar José Barbosa da Silva interpôs recurso de apelação (fls.82/89) suplicando pela reforma do julgado, ao argumento de que, embora a extinção do feito tenha se dado à falta de habilitação de alguns herdeiros do *de cujus*, houve a habilitação da cônjuge meeira (fls.87/92 do processo cautelar). Prossegue requestando a procedência da ação, a fim de que a seguradora suplicada/recorrida seja compelida a arcar com todo o tratamento do falecido.

Intimada para oferecer contra-razões, a Golden Cross Seguradora S/A, em resposta, atravessou petição (fl.93) informando que em vista do óbito do autor, não possui interesse no prosseguimento do feito, requerendo a sua extinção.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

52 106  
ff

O recurso é tempestivo e o preparo das custas regularmente efetuado.

É o relatório. À douta Revisão.

Recife, 19 de fevereiro de 2010.

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

053  
MS  
M

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 195854-7

APELANTE: ESPÓLIO DE IVAMAR JOSÉ BARBOSA DA SILVA

APELADO: GOLDEN CROSS SEGURADORA S/A

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

**VOTO**

Srs. Desembargadores,  
Senhor (a) Procurador (a).

Reside o presente litígio no pedido de reforma de sentença que extinguiu os feitos principal e cautelar em vista da não habilitação de todos os sucessores do suplicante no prazo consignado pelo juízo.

De início, cumpre consignar que nos termos do art. 1.060, I, CPC<sup>1</sup>, havendo o óbito da parte, necessário, **para que se tenha por eficaz a sucessão aos autos**, a habilitação de TODOS os herdeiros necessários, sem exclusão de nenhum, ou, na hipótese de não se ter por finalizado o processo de inventário, a representação por meio do espólio. (Precedente: AgRg na ExeMS 115 / DF, Min. Luiz Fux, 1ª Seção, DJe 14/08/2009)

No caso em epígrafe, observa-se que o falecimento do suplicante foi noticiado aos autos em 02.fevereiro.1999 (fls.64/65), sendo, em 12.maio.2002, exarado despacho pelo juízo de origem determinando a habilitação dos sucessores do falecido no prazo de 30 (trinta) dias (fls.67 e 69).

Por sua vez, em 08.agosto.2005, observa-se requerimento da viúva-meeira e inventariante Liliane Barbosa da Silva (fls.87/92, proc. cautelar), requerendo sua habilitação aos autos. Contudo, constatando o MM.

<sup>1</sup> **CPC - Art. 1.060.** Proceder-se-á à habilitação nos autos da causa principal e independentemente de sentença quando:

I - promovida pelo cônjuge e herdeiros necessários, desde que provem por documento o óbito do falecido e a sua qualidade;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

054  
M6  
M

Juiz, em leitura ao formal de partilha de fl.91 do proc.cautelar, que o **falecido** **houvera deixado herdeiros**, determinou, com fulcro no art. 1.060, I, CPC, a habilitação dos demais sucessores aos autos, consoante despacho datado de 03.janeiro.2007 (fl.93, proc.cautelar).

Publicado sobredito despacho, e sem manifestação da inventariante (fls.94/95, proc.cautelar), o Juiz de origem determinou, em 03.julho.2007, a **intimação dos herdeiros do autor**, através de edital (prazo de 20 dias), para se habilitarem aos autos em 48 horas, **sob pena de sua extinção sem resolução do mérito** (fl.96, proc.cautelar e fl.70, proc.principal).

Em análise ao contexto fático probatório ora narrado, observa-se que da notícia do falecimento do autor (fevereiro.1999) à segunda determinação pela habilitação dos demais herdeiros aos autos (julho.2007), transcorreram sete anos, **sem manifestação dos demais sucessores**, dando ensejo a extinção das lides principal e cautelar nos termos preconizado no art. 267, III, CPC<sup>2</sup>.

Outrossim, importa registrar que o apelo em exame **não veio acompanhado do necessário instrumento procuratório dos sucessores** para o recorrente, intitulado como **espólio** de Ivamar José Barbosa da Silva.

Diante de todas estas considerações, voto pela **negativa de provimento** do recurso apelatório em exame, à míngua de amparo legal.

M. Maio  
Recife, 19 de fevereiro de 2010.

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Relator

<sup>2</sup> CPC - Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: (omissis)

III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

055  
117  
M

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0195854-7  
APELANTE: ESPÓLIO DE IVAMAR JOSÉ BARBOSA DA SILVA  
APELADO: GOLDEN CROSS SEGURADORA S/A  
REVISÃO: DES. ANTONIO FERNANDO DE ARAÚJO MARTINS  
SEXTA CÂMARA CÍVEL

Voto de Revisão

Voto pelo improvimento do apelo, nos termos do voto do Relator.

Recife, 11 de 7 de 2010  
Des. Fernando Martins  
Revisor